

MARX E A HISTÓRIA

Luís Palacin

Marx não foi um historiador, nem um teórico da história. Mas em sua ampla e variada obra de publicista social, dedicada a analisar a sociedade de seu tempo desde o ponto de vista da transformação revolucionária, Marx teve ocasião de escrever alguns livros históricos, assim como de colocar os fundamentos de uma abrangente teoria sobre as causas e formas da evolução histórica das sociedades humanas. Este ensaio pretende analisar sinteticamente as relações da obra de Marx com a história sob este duplo aspecto: na formulação teórica e na prática da história.

Invertendo os termos, para começar pelo mais óbvio, devemos constatar que a obra de Marx diretamente histórica é relativamente reduzida. Limita-se a três ou quatro títulos de pequenos ensaios jornalísticos: "As lutas de classes na França de 1848 a 1850", "O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte", "A guerra civil em França".

Todos estes escritos pertencem ao tipo de história hoje conhecido como história imediata, ou história da atualidade. Como o nome diz, esta história suprime a distância entre o historiador e o objeto de seu relato; nasce ao contato direto dos acontecimentos. Por isso, a história imediata por seu objeto — o acontecimento recém-concluído, ou às vezes ainda em gestação —, pelas suas fontes — a imprensa, principalmente, e a própria oralidade — por seu afã de participação, se encontra muito mais próxima da reportagem jornalística que da história tradicional. Sob estas circunstâncias, de fato, a história perde toda sua prosopopéia para mergulhar na ganga do cotidiano, podendo oscilar entre o puro depoimento e o panfleto.

Dado o caráter participativo da obra de Marx, dedicada toda à causa da revolução socialista, e dado também seu temperamento combativo propenso para a ironia e o sarcasmo, estes escritos se encontram certamente mais próximos do panfleto(1) que do puro depoimento.

Nestes três ensaios, Marx analisa os três acontecimentos capitais, do ponto de vista da revolução socialista, da França de seu tempo: a revolução de 48 e suas conseqüências: a ascensão de Luis Napoleão até o golpe de estado de dezembro de 51, que liquidava praticamente com a república; e a comuna de Paris. Todos foram escritos sob a pressão do tempo, ao dia seguinte do acontecimento, e os dois primeiros quando o processo não estava ainda concluído.

Do ponto de vista da interpretação histórica, estes escritos apresentam um enorme interesse. Em primeiro lugar, porque constituem um verdadeiro teste prático sobre a aplicabilidade da teoria marxista à história concreta.

E neste sentido, Marx se sai muito bem: como nota Pierre Vilar, é difícil dar a Marx lições de marxismo(2). De fato, num prólogo escrito anos mais tarde, Engels qualifica "As lutas de classes na França de 1848 a 1850" "o primeiro ensaio de Marx para explicar um fragmento de história contemporânea mediante sua concepção materialista, partindo da situação econômica existente". E, segundo ele, a finalidade principal deste ensaio era "reduzir, seguindo a concepção do autor, os acontecimentos políticos a efeitos de causas que em última instância eram econômicas"(3).

O que caracteriza estes escritos, até converte-los em paradigmáticos para a interpretação materialista da história, é que Marx tem sabido conciliar neles a atenção do jornalista ao acontecimento político, muitas vezes miúdo e confuso, com a análise das estruturas sociais que nos acontecimentos se manifestam.

Desta forma, e sempre em rigoroso acordo com a teoria geral do materialismo histórico, os verdadeiros agentes da ação histórica, nestes relatos, não são os indivíduos senão as classes: a classe dos grandes proprietários de terra, a classe dos magnatas da indústria e barões da alta finança, a classe dos pequenos proprietários agrícolas, os proletários — para citar os tipos continuamente neles personificados. E estas classes, com seus interesses contrapostos, não são senão a concretização social dos conflitos econômicos no campo da produção.

Como as classes e seus conflitos são produzidos pelas causas econômicas, de um modo semelhante os sentimentos, idéias e ideais destas classes, embora aparentemente autônomos, não passam de representações ideológicas de seus interesses. Outro dos pontos essenciais do materialismo histórico, que Marx não esquece de comprovar em momento algum.

Quero citar aqui apenas uma passagem de "O Dezoito Brumário", por apresentar sinteticamente, e de uma forma inequívoca, a ordem desta causalidade, que constitui o cerne do materialismo histórico: "A Monarquia Legitimista foi apenas a expressão política do domínio hereditário dos senhores de terra, como a Monarquia de Julho fôra apenas a expressão política do usurpado domínio dos burgueses arrivistas. O que separava as duas facções, portanto, não era nenhuma questão de princípios, eram suas condições materiais de existência, duas diferentes espécies de propriedade, era o velho contraste entre a cidade e o campo, a rivalidade entre o capital e o latifúndio. Que havia, ao mesmo tempo, velhas recordações, inimizades pessoais, temores e esperanças, preconceitos e ilusões, simpatias e antipatias, convicções, questões de fé e de princípio que as mantinham ligadas a uma ou a outra casa real — quem o nega?. Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente construídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, que as adquire através da tradição e da educação, poderá imaginar que constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta"(4).

Ter descoberto a existência desta causalidade profunda — realidade ontológica -- e ter formulado sua lei — princípio lógico — é o que, segundo Engels dava a Marx tal superioridade para orientar-se nos meandros da política fátual, e encontrar com segurança o significado último dos fatos.

De qualquer forma, se estes escritos históricos de Marx tem tanto valor como demonstração de aplicabilidade na prática da teoria do materialismo histórico, não menor valor encerram como demonstração de suas limitações.

Sem entrar a discutir -- nem afirmar, nem negar — os princípios básicos do materialismo histórico, sim devemos manifestar que a aplicação minuciosa e constante por parte de Marx aos fatos do dia-a-dia de princípios, que podem ser válidos de uma forma ampla e numa longa seqüência temporal, produz no leitor a sensação de estar sendo trapaçado, de estar assistindo a uma sessão de malabarismo intelectual. O excesso de lógica, e mais se se trata da lógica cega das condições econômicas, se dá mal com o casuísmo da ação política. Talvez a manifesta hostilidade de Marx para com Luis Napoleão nestes escritos se deva, no fundo, a que nem seu surgimento, nem sua ascensão ficam suficientemente explicados num relato onde as classes sociais deve-

riam ser as protagonistas.

Sobre este reparo, talvez um pouco aumentado, outra observação de maior lastro. A ciência do materialismo histórico não impediu a Marx de cair num erro de perspectiva com respeito às possibilidades da revolução e do capitalismo. O pano de fundo de toda sua exposição está constituído pela persuasão de iminência da revolução proletária. Apesar da indecisão de seus líderes, esta revolução deveria ser precipitada pela urgência das condições objetivas(5), pois todo o desenvolvimento histórico levava, cada vez mais, à concentração do poder burguês, provando a impossibilidade de uma democracia capitalista e de um estado nacional(6).

No prólogo para "As lutas de classes na França de 1848 a 1850", escrito em 1895, Engel reconhece que todos os que trabalhavam pela revolução socialista, Marx e ele incluídos, se enganaram em 48 pensando que a revolução era iminente: "... não podíamos ter nenhuma dúvida, nas circunstâncias de então, de que começara o grande combate decisivo, de que era necessário travá-lo em um só período revolucionário longo e cheio de alternativas, mas que só podia terminar pela vitória definitiva do proletariado"(7). É verdade, acrescenta, continuando sua análise, que Marx e ele, contra o parecer de todos os líderes socialistas, perceberam em 49, que a revolução não triunfaria então, porque a revolução precisava para seu triunfo de uma conjuntura negativa, e a conjuntura naquele momento era economicamente favorável: estavam, contudo, certos, que na próxima crise a revolução haveria de triunfar(8).

Mas todas estas expectativas se fundamentavam — reconhecia Engels 50 anos após, num erro de interpretação econômica: pensavam que o capitalismo tinha esgotado suas possibilidades de desenvolvimento, quando foi a partir da metade do século que iniciou a grande transformação das nações: "A história nos desmentiu, bem como a todos que pensavam de maneira análoga. Ela demonstrou claramente que o estado de desenvolvimento econômico no continente ainda estava muito longe do amadurecimento necessário para a supressão da produção capitalista..."(9).

Não devemos encerrar estas breves observações sobre os escritos históricos de Marx, sem fazer referência ao interesse especial que apresentam para o historiador de hoje. Nos últimos anos, se tem desenvolvido uma sensibilidade maior para os diversos ritmos, ou tempos de mudança, que se entrecruzam no processo histórico: o tempo longo das estruturas, o tempo médio da conjuntura, e o breve do aconteci-

mento. Ter sabido conjugar exemplarmente estes tempos — numa época em que não existia nem o termo, nem sequer o conceito de conjuntura —, é uma prova a mais das antecipações geniais de Marx.

Dado o caráter especial da história iminente, que como antes expliquei constitui o gênero comum a estes escritos históricos de Marx, podemos, contudo, perguntar-nos, se ele conheceu e praticou o paciente labor, ao mesmo tempo penoso e fascinante, que constitui o apanágio do historiador: o levantamento das fontes, a sua leitura demorada, sem pressas, numa convivência de anos com os documentos de uma situação passada, mas ainda presente pela analogia de todo o humano, o trabalho de reconstrução mental com o forcejo de enquadrar os materiais rebeldes num modelo lógico, ou mediante a contra-posição e complementação de unidades independentes, ao modo do mosaico, até obter o sentido do conjunto.

A esta pergunta podemos responder com certeza que Marx conheceu e praticou o método histórico. Como nota Pierre Vilar, o historiador “tem muito a aprender, em relação a seu próprio ofício, na obra toda de Marx, e talvez mais particularmente nas suas passagens para ele mais difíceis, as menos conformes — em aparência — com as fórmulas clássicas do historiador”(10). É que, na realidade, muitas das páginas técnicas do Marx economista se fundamentam, sem demonstrá-lo a primeira vista, numa pesquisa histórica de longas décadas: “costuma acontecer que Marx redige vinte páginas sem alusão histórica alguma, que coroam vinte anos de pesquisa histórica autêntica. Mas há que saber percebê-lo. E para percebê-lo há que ser historiador”(11).

Mesmo assim, é contudo evidente que a projeção de Marx no campo da história não se deve aos seus trabalhos como historiador, senão à sua contribuição para uma elaboração teórica das ciências sociais, e especialmente da história.

O sistema explicativo elaborado por Marx para a evolução das sociedades humanas é o chamado materialismo histórico.

Várias vezes apresentou Marx, em rápidas sínteses, os pontos fundamentais do materialismo histórico. Embora a exposição mais completa se encontre na Crítica da Economia Política, de 1859(12). Marx e Engels já tinham delineado sua concepção, primeiro na Ideologia Alemã (1845-46) e depois na Miséria da Filosofia (1846-47 de Marx), e a tinham aplicado a uma explicação global da história no Manifesto Comunista (1848).

Mas a verdade é que Marx nunca expôs a teoria do materialismo histórico de uma forma sistemática e completa(13). Nem tampouco a aplicou sistematicamente ao campo da história: na realidade, só estudou demoradamente o modo de produção capitalista — devemos inclusive notar que “Marx e Engels jamais definiram o conceito de modo de produção que tão amiúde empregam(14): e do modo de produção capitalista Marx só desenvolveu os aspectos econômicos, sem ter tempo de sistematizar nem os aspectos políticos, nem os ideológicos que lhe correspondem(15).

Isto explica que não sejam nem poucas, nem leves, as divergências na interpretação do materialismo histórico. Contudo, é certo tratar-se de ponto nevrálgico do pensamento de Marx, pois como ele mesmo afirma no Prefácio à Crítica da Economia Política (1859) e explicação materialista da história sempre lhe serviu de fio condutor em todos os seus estudos.

Dois são, a meu modo de ver, os elementos básicos do materialismo histórico: a concepção dialética da evolução histórica, e a primazia da matéria como força motriz da dialética.

A concepção dialética, que vê a origem da evolução histórica nas contradições internas das sociedades humanas, tinha sido proposta e aplicada sistematicamente por Hegel no começo do século XIX. Marx adotou a concepção dialética hegeliana, conservando, por assim dizer, sua forma, mas invertendo seu conteúdo: “segundo a formulação do próprio Marx, ele teria posto sobre os pés o que em Hegel andava de cabeça para baixo”(16). Assim a dialética, em vez de ser um conflito de idéias como em Hegel, passa a ser em Marx a expressão de um conflito de interesses: a luta de classe. “Até hoje, proclama o Manifesto, a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”(17).

Como as próprias classes, e as contradições que enfrentam uma classe com outra, nascem das condições materiais da produção, a evolução deste elemento material constitui a última explicação da própria evolução histórica: a evolução das formas políticas, das idéias e dos sistemas culturais, embora mais em destaque, à primeira vista, não é, portanto, algo primário ou autônomo, pois em última instância se acha determinado pela evolução material da infra-estrutura econômica. Dai o nome de materialismo histórico atribuído ao sistema.

Qual é o valor do materialismo histórico como teoria explicativa da história? Aqui entramos num campo minado; as respostas dadas a

esta pergunta não podem ser mais díspares. Constituí, sem dúvida, uma ironia da própria história que Marx, inventor e divulgador do conceito de ideologia, se tenha tornado, com o materialismo histórico, o maior exemplo das distorções ideológicas de toda a nossa época.

Dentre os que rejeitam a doutrina marxista sobre a história, a posição mais elegante é a daqueles que a julgam um produto típico do seu momento histórico: uma a mais entre as filosofias da história, em que tão pródigo se mostrou o século XIX. Tal é, por exemplo, o caso de Collingwood. Para êle os grandes sistemas explicativos da história desde o Iluminismo até o século XIX nasceram da necessidade de suprir as deficiências da própria investigação histórica na época; e isto se pode aplicar especialmente ao caso de Hegel e Marx.

Com estes pressupostos, conclui inapelavelmente o capítulo conjunto que lhes dedica em sua obra "A idéia da História": "Não obstante, a prática da investigação já não pode ficar atualmente onde Hegel a deixou, quanto à história da filosofia, ou onde Marx a deixou, no que respeita a história econômica, do mesmo modo que a teoria da história não pode ficar onde Hegel a deixou com a sua "filosofia da história" ou onde Marx a deixou com o seu "materialismo dialético". Eram expedientes, por meio dos quais um tipo de história que não ultrapassava a fase da cola e tesoura procurava esconder os defeitos inerentes a essa fase, pela adopção de métodos não históricos. Pertencem à embriologia do pensamento histórico. As condições que os justificaram e, sem dúvida, que os necessitavam já não existem"(18).

No extremo oposto, encontram-se os que consideram a Marx o fundador da ciência histórica e o materialismo histórico uma verdade científica.

Podemos dizer que se remonta a Marx esta verdadeira compulsão de intitular de científico seu sistema — uma marca do tempo, sem dúvida, pois a fé na ciência foi o verdadeiro credo religioso do século passado(19).

Quem, contudo, explicitou de uma forma definitiva esta exigência à cientificidade foi Engels. O fato de ter admitido, como acima vimos, o erro em que Marx e ele mesmo caíram na interpretação da revolução socialista e das possibilidades de evolução do sistema capitalista — erro do qual lhes tirou, diga-se de passagem, não a teoria senão a própria evolução histórica —, não lho impediu de qualificar Marx de fundador da ciência histórica, e o materialismo histórico de uma verdade científica.

Desta forma, no Prefácio à terceira edição de "O 18 de Brumário" proclamou audazmente: "Fora precisamente Marx quem primeiro descobrira a *grande lei* da marcha da história, a *lei* segundo a qual todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência, e, portanto, também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e de troca, este determinado pelo precedente. Essa *lei* — que *tem para a história a mesma importância que à lei da transformação da energia tem para as ciências naturais* — forneceu-lhe também..."(20).

Os sublinhados são meus, mas as expressões dificilmente poderiam ser mais categóricas, para quem as escrevia e para os leitores a que se destinavam. O termo *lei*, quatro vezes repetido, está tomado dos paradigmas científicos — para usar a expressão de Kuhn — do cientificismo do século XIX. Antes da revolução mental que impôs o historicismo nas ciências do homem, e a teoria da relatividade, com o princípio da indeterminação nas ciências da natureza, o mecanicismo científico, reinante desde Newton, apresentava a lei física como a norma absoluta, a expressão da última verdade a que podia aspirar o entendimento humano. *Lei*, nesta linguagem, significava absoluta necessidade, assim como universalidade no tempo e no espaço; uma verdade intemporal situada um pouco abaixo — ou com relação ao universo físico talvez um pouco acima — da verdade divina.

Esta pretensão de Engels de ter sido Marx o verdadeiro fundador da ciência histórica, mediante o descobrimento e formulação de sua lei fundamental, foi renovada em nossos dias por dois escritores marxistas, fazendo recurso a uma mais sofisticada aparelhagem conceptual.

O historiador português Joaquim Barradas de Carvalho escreveu um pequeno ensaio "Da história crônica à história-ciência", em que defende que a passagem do conhecimento sensível, vulgar, para o conhecimento racional, científico, tem lugar em cada área do conhecimento mediante uma revolução epistemológica. No campo da história, esta revolução foi realizada por Marx antes dele só existia a história narrativa, história-crônica, que se baseia nas aparências sensíveis, superficiais e enganosas(21).

Semelhante é a exposição e a fundamentação do filósofo francês Althusser. Empregando o conceito afim, bachelardiano, de ruptura epistemológica, defende que toda ciência foi constituída por uma ruptu-

ra epistemológica com a evidência imediata. Mediante esta ruptura, Marx fundou "a ciência da história, onde não existiam mais que filosofias da história". Antes de Marx, a história reduzia-se a um amontoado de "noções ideológicas", ele a dotou de "um sistema de conceitos científicos"(22).

Afirmações tão categóricas podem parecer surpreendentes a quem chega até Marx, não partindo da militância política, mas do campo da historiografia. Pois se é verdade que Marx teve uma influência decisiva na formação do pensamento socialista, a partir da segunda metade do século passado, não menos verdadeiro é que sua influência no campo da historiografia foi muito reduzida nos cinqüenta anos posteriores à sua morte.

Assim quando Engels reclamava para Marx o título de fundador da ciência histórica em 1885 o público a que se dirigia não era, certamente, a comunidade científica alemã, mas os divididos partidos socialista, conflitantes entre si por questões estratégicas e táticas. Lançava assim na disputa — como já fizera o próprio Marx em vida — o peso decisivo do qualificativo "científico", para dirimir as questões inapelavelmente.

A verdade, porém, é que não se encontra nenhuma influência direta de Marx nessa grande explosão da história científica — empregando a palavra no seu tom mais baixo —, que sacudiu a Alemanha durante o século XIX.

Numa obra tão bem documentada como é a "História da historiografia moderna" de Fuetter, escrita em 1911, o nome de Marx aparece citado uma única vez, e esta vez num inciso: "De Hegel procede também, como é sabido, a concepção materialista da história, da qual não podemos ocupar-nos aqui, embora tenha sido bem formulada teoricamente em nosso tempo (talvez por primeira vez na Miséria da Filosofia de Karl Marx em 1847), mas sem servir de fundamento ainda a obras históricas"(23).

Ainda mais surpreendente que este silêncio é, para nós, que estamos acostumados a relacionar a interpretação econômica da história com a influência de Marx, a explicação de Fuetter do aparecimento desta corrente. Enumera-a como uma das componentes do novo ambiente criado pelo desenvolvimento econômico após 1870, mas sem relacioná-la de forma alguma com o marxismo: "Outra conseqüência manifesta do desenvolvimento é a maior intensidade com que se estudou a história econômica, e a inclinação que se teve para explicar por cau-

sas econômicas não só as mudanças políticas, senão também os movimentos religiosos e de natureza especulativa”(24).

A influência do pensamento de Marx no campo da historiografia é, pois, um fenômeno relativamente tardio, e cuja origem, a meu modo de ver, deve ser procurada não tanto no âmbito da ciência histórica, senão no da própria História. Refiro-me ao triunfo da revolução socialista na Rússia, e mais tarde em outros países, com a proclamação oficial de tratar-se de uma revolução marxista, inspirada diretamente no pensamento de Marx e na sua interpretação da história.

A subida da maré socialista, apresentada por Lenine, e pelos partidos comunistas, como a prática rigorosa da teoria científica formulada em suas linhas essenciais por Marx, levantou vivas esperanças e uma grande onda intelectual de apoio.

A favor desta monção, o materialismo histórico se difundiu largamente como a teoria científica da história, e cresceu uma historiografia oficialmente marxista.

Entre os historiadores, enquanto alguns se viam atraídos para o marxismo pela aura revolucionária, outros, pelo contrário, o consideravam com suspeição pelo seu aspecto dogmático. Nas citações contínuas das obras de Marx, nas glosas de seus textos, na verdadeira exegese de seu pensamento, transparecia, com efeito, uma espécie de culto, em que a “ciência”, em lugar da fé, garantia a inerrância antiga da Escritora.

Na última década, porém, a própria marcha da história, ao abrir o socialismo às interpretações pluralistas — especialmente com os eurocomunismos — parece abrir o caminho para uma desideologização do pensamento de Marx (Pois Althusser pensava que a história antes de Marx se baseava apenas na ideologia, talvez poderia, sem grande esforço, ter estendido esse juízo às interpretações oficiais do marxismo).

Mas hoje a influência do pensamento de Marx no campo da história é muito mais ampla que a do que poderíamos chamar de marxismo identificado. Está tão onipresente e difusa, em conceitos que por ter chegado a ser de uso comum, como a canção popular, se tornaram quase anônimos — pensemos nos conceitos de ideologia e de infra e superestrutura —, e em tendências tão universais de nosso tempo — como a valorização do econômico, o destaque da ação coletiva sobre a individual etc. — que como escrevia Pierre Vilar muitos historiado-

res são mais marxistas do que pensam: a história que escrevem, ou pretendem escrever se aproxima do modelo proposto por Marx muito mais do que eles pensam(25).

Poderíamos destacar entre as tendências da historiografia atual, que ou têm origem direta ou indireta no marxismo, ou nascem de exigências da cultura de nosso tempo, que Marx com sua sensibilidade soube antecipar:

— a preferência pelo tempo longo, e pelos grandes movimentos não circunscritos no âmbito do nacional.

— a prioridade dada aos aspectos sociais, em sua relação com os fundamentos econômicos.

— a divisão em setores — o econômico-social, o político e o ideológico-cultural —, mas sem renunciar à unidade.

— o emprego do método dialético no discurso, ou seja a explicação da evolução histórica através das contradições internas da sociedade.

— a procura de uma explicação social na formação das ideologias, assim como na configuração das formas políticas.

— a concepção unitária da evolução social.

— o interesse pelas rupturas revolucionárias, como meio de compreender a dinâmica social.

Se dizem que Max Weber concebeu e formulou sua teoria sociológica em diálogo permanente com o fantasma de Marx, que historiador de hoje poderia declarar-se alheio a este diálogo?

NOTAS :

(1) Panfleto não é um termo usado aqui num sentido depreciativo: é, por outra parte o termo empregado pelo próprio Engels com respeito ao "O 18 Brumário". Cf. a Introdução de *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, em Karl Marx e Friedrich Engels. *Texto*, 3. São Paulo, 1977, pág. 95.

(2) *Histoire Marxiste, histoire em construction*, em *Faire de l'histoire*, direção de Jacques le Goff et Pierre Nora, I. *Nouveaux Problèmes*, pág. 171.

- (3) Introdução à *As lutas de classes...*, op. cit., pág. 93.
- (4) Karl Marx, *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, em K. Marx e Friedrich Engels, *Textos*, 3, São Paulo, 1977, pág. 224.
- (5) Cf. nas primeiras páginas de *O 18 de Brumário* a comparação estabelecida por Marx entre as revoluções burguesas do século XVIII e as revoluções proletárias, cheias de indecições e recuos "até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e na qual as própria condições gritam: Hic Rhodus, hic salta!"; situação, sem dúvida que ele esperava se apresentaria em breve. Op. cit., pág. 206.
- (6) Na Introdução citada, Engels analisa como aparentemente o fracasso da revolução de 48 levava a concentrar todas as forças de oposição — camponeses, pequenos burgueses etc. — em torno do proletariado, tornando evidente para o observador que se aproximava inevitavelmente o triunfo da revolução operária. Assim raciocinavam ele e Marx então, junto com os demais socialistas. Pág. 98.
- (7) Ibid. pág. 96.
- (8) Ibid. pág. 97ss.
- (9) Ibid. pág. 99.
- (10) Pierre Vilar, op. cit., pág. 172.
- (11) Ibid. pág. 173.
- (12) Para seguir a trajetória do pensamento de Marx até a formulação do materialismo histórico cf. D Mc Lellan, *A concepção materialista da história*, e Pierre Vilar, *Marx e a história*, ambos em *História do Marxismo*, 1. O Marxismo no tempo de Marx, direção de Eric J. Hobsbawn, Rio de Janeiro, 1979.
- (13) Cf. Marta Harnecker, *Os conceitos elementais do materialismo histórico*, 1973, pág. 208.
- (14)
- (13) Cf. Marta Harnecker, *Os conceitos elementais do materialismo histórico*, 1973, pág. 208.
- (14) Ibid., pág. 134. Com respeito ao modo de produção, um dos conceitos-chave da análise histórica marxista, a indefinição é muito grande. Marta Harnecker postula, com razão, que se distinga entre modo de produção, conceito teórico e modo de produção de bens materiais, noção descritiva (ib. pág. 134). Mas autores tão categorizados na interpretação marxista como Pleckhanov (cf. *A Concepção Materialista da História*, Rio de Janeiro, 1974, pág. 35), e o próprio Engels (cf. *Introdução a O 18 Brumário*, pág. 202), quando querem definir o modo de produção se referem evidentemente não a um conceito teórico senão ao modo de produção de bens.

- (15) Cf. Eric J. Hobsbawn, *Aspectos políticos da transição do Capitalismo ao Socialismo*, em *História do Marxismo*, op. cit. pág. 303ss.
- (16) Marta Harnecker, *Os conceitos elementais...* op. cit. pág. 208.
- (17) Karl Marx e F. Engels, *Manifesto do partido comunista*, em K. Marx e F. Engels, *Textos 3*, São Paulo, 1977, pág. 21.
- (18) R. G. Collingwood, *A Idéia de História*, Lisboa, 1981, pág. 164.
- (19) O peso emocional conferido à palavra "científico", tratando-se do marxismo, pelos movimentos revolucionários na América Latina tem mais de místico que de racional. Cf. por exemplo, a conversação de Ernesto Cardenal com Fidel Castro em que Cardenal explica que muitos sacerdotes latino-americanos são marxistas-leninistas porque "muitos encontram que o marxismo é uma ciência e o cristianismo uma fé. Estava para dizer-lhe que outros vão mais para a frente...", "E. Cardenal, *Em Cuba*, México, 1977, pág. 407.
- (20) Op. cit., pág. 202.
- (21) Joaquim Barradas de Carvalho, *História crônica — História ciência*, Lisboa, 1970.
- (22) Louis Althusser, *Lenine et la Philosophie*, Paris, 1960, pág. 23.
- (23) R. Fueter, *Historia de la historiografia moderna*, Buenos Aires, 1953, Vol. II, pág. 119.
- (24) Ibid. pág. 262.
- (25) Pierre Vilar, *Histoire marxiste, histoire en construction*, op. cit. pág. 170.